

PRODUÇÃO DO ESPAÇO, AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO: DA REVOLUÇÃO AGRÍCOLA AOS IMPÉRIOS ALIMENTARES¹

VALÉRIO, Valmir José de Oliveira²

Recebido (Received): 22-09-2020 Aceito (Accepted): 21-07-2021

Como citar este artigo: VALÉRIO, V. J. O. Produção do espaço, agricultura e alimentação: da revolução agrícola aos impérios alimentares. **Formação (Online)**, v. 28, n. 53, p. 829-849, 2021.

Resumo

Desde a revolução agrícola do Neolítico, o controle do abastecimento alimentar é um dos elementos que referenciam a produção do espaço à luz das atividades humanas, definindo, aprofundando e complexificando estruturas e relações sociedade-natureza. Na vigência dos atuais mecanismos de cooptação e controle dos alimentos na escala mundial, os impérios alimentares consolidam estruturas de poder dotadas do potencial de controlarem a totalidade das atividades de produção, processamento, distribuição e consumo de alimentos, o que deixa reféns produtores e consumidores. Nesse sentido, para compreender o papel do controle dos alimentos na produção do espaço geográfico no passado e no presente, apresento um breve resgate acerca dos conceitos que estruturam a análise, com destaque para os conceitos de espaço, território, regimes alimentares internacionais e impérios alimentares. Se historicamente o surgimento da agricultura “libertou” a humanidade da árdua tarefa de adquirir diariamente os alimentos necessários ao seu sustento, na atualidade a apropriação das relações alimentares pelas grandes corporações internacionais faz do alimento o trunfo que permite ao capital manter cativos produtores e consumidores, o que coloca desafios para pensar formas de superação do sistema alimentar atualmente hegemônico.

Palavras-chave: Produção do espaço. Agricultura. Alimentação. Regimes alimentares internacionais. Impérios alimentares.

THE PRODUCTION OF THE SPACE, AGRICULTURE AND FOOD: FROM AGRICULTURAL REVOLUTION TO FOOD EMPIRES

Abstract

Since the Neolithic agricultural revolution, the control of food supply has been one of the elements that reference the production of space in the light of human activities, defining, deepening and complexifying structures and society-nature relations. Under the current mechanisms of cooptation and control of food on a global scale, food empires consolidate power structures endowed with the potential to control all activities of production, processing, distribution and consumption of food, which leaves hostages producers and consumers. In this sense, in order to understand the role of food control in the production of geographical space in the past and in the present, I present a brief review of the concepts that structure the analysis, with emphasis on the concepts of space, territory, international dietary regimes and food empires. If historically the emergence of agriculture “freed” humanity from the arduous task of acquiring the daily food necessary for its sustenance, currently the appropriation of food relations by large international corporations makes food the trump that allows capital to keep captive producers and consumers, which imposes challenges to think of ways to overcome the currently hegemonic food system.

Keywords: Space production. Agriculture. Food. International food regimes. Food empires.

¹ Artigo elaborado a partir dos resultados da tese de doutorado do autor, disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/191268>>.

² Doutor em Geografia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente/SP. Pesquisador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA). E-mail: valjvalerio@yahoo.com.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3540-7754>.

PRODUCCIÓN DEL ESPACIO, AGRICULTURA Y ALIMENTACIÓN: DE LA REVOLUCIÓN AGRÍCOLA A LOS IMPERIOS ALIMENTARIOS

Resumen

Desde la revolución agrícola neolítica, el control del suministro de alimentos ha sido uno de los elementos que referencian la producción del espacio a la luz de las actividades humanas, definiendo, profundizando y complejizando estructuras y relaciones sociedad-naturaleza. Bajo los actuales mecanismos de cooptación y control de los alimentos a escala global, los imperios alimentarios consolidan estructuras de poder dotadas de potencial para controlar todas las actividades de producción, procesamiento, distribución y consumo de alimentos, lo que deja rehenes a productores y consumidores. En este sentido, para comprender el papel del control de alimentos en la producción del espacio geográfico en el pasado y en el presente, presento una breve revisión de los conceptos que estructuran el análisis, con énfasis en los conceptos de espacio, territorio, regímenes alimentarios internacionales e imperios alimentarios. Si históricamente el surgimiento de la agricultura “liberó” a la humanidad de la ardua tarea de adquirir los alimentos diarios necesarios para su sustento, actualmente, la apropiación de las relaciones alimentarias por parte de las grandes corporaciones internacionales, hace de los alimentos el activo que permite al capital mantener cautivos productores y consumidores, lo que plantea desafíos para pensar en formas de superar el sistema alimentario actualmente hegemónico.

Palabras clave: Producción del espacio. Agricultura. Alimentación. Regímenes alimentarios internacionales. Imperios alimentarios.

1 Introdução

No seu processo de desenvolvimento, a busca dos seres humanos pela satisfação das necessidades alimentares molda as relações sociais e é, simultaneamente, moldada por novas relações, tanto entre os seres humanos, quanto destes com o meio no qual se desenvolvem. De tal modo, estas novas relações sociais, pensadas antecipadamente de maneira a agir no presente para projetar o futuro, repercutem na produção de um espaço totalmente novo. Daí em diante, a agricultura humana se impõe progressivamente, de maneira a figurar como o principal fator de transformação da superfície terrestre. É essa agricultura surgida no período Neolítico que condiciona tanto o aumento populacional, como o aparecimento das cidades e de categorias sociais que não produziam a própria alimentação. Além disso, a evolução da agricultura é, também, a evolução do movimento dos alimentos no espaço, posto que, a partir daí, os alimentos rompem cada vez mais com limites naturalmente estabelecidos pelas imposições edafoclimáticas.

Nesse âmbito, refletir acerca da origem do espaço como produto da ação humana organizada coletivamente com o objetivo de transformação deste permite destacar um elemento comum e estruturante na produção do espaço geográfico, tanto no passado quanto no presente: o controle sobre o suprimento alimentar. É a busca pela garantia de um estoque alimentar minimamente suficiente e regular que projeta os seres humanos à construção de novas relações sociais. Tais relações tinham por fundamento a impossibilidade de lidar, individualmente, com qualquer tipo de tentativa de “controle técnico da natureza”. Para que a agricultura fosse

“fundada” enquanto ação coletiva de transformação do meio para obtenção de recursos necessários e estocáveis, antes era necessário o desenvolvimento de relações sociais minimamente organizadas em torno de um objetivo comum. Este “comum” surge, precisamente, da imperativa necessidade de assegurar os alimentos necessários de maneira suficiente, segura e estável (MAZOYER; ROUDART, 2010; CHILDE, 1966).

Se na revolução agrícola do Neolítico a busca pelo controle dos alimentos projetou a humanidade à construção de relações que mudaram para sempre a maneira como esta utiliza os recursos externos a ela, no âmbito do desenvolvimento do capitalismo no campo estas relações foram complexificadas e potencializadas, como descreve o conceito de regimes alimentares internacionais (FRIEDMANN, 1987 [1971]; BERNSTEIN, 2011; MCMICHAEL, 2016). Nesse contexto, o controle dos alimentos é parte fundamental da estratégia que produz e é produzida pela dinâmica de acumulação do capital. Na sua etapa mais agressiva e abrangente, o regime alimentar atual dá origem aos impérios alimentares, modos de ordenamento que, de acordo com Ploeg (2008), trazem em si o potencial de controle total da produção, distribuição e consumo de alimentos.

Portanto, desde o surgimento das relações sociais minimamente organizadas em torno da transformação do meio habitado até a atualidade, o controle dos alimentos é um dos principais trunfos que referenciam a produção do espaço humano, o espaço geográfico. De tal modo, para uma melhor compreensão acerca da teoria da produção social do espaço, assim como das variadas formas de controle deste e a consequente formação dos territórios, inicialmente apresento as referências que embasam os conceitos de espaço e território no presente trabalho.

Em seguida, aponto alguns dos principais elementos subentendidos à busca dos seres humanos para satisfazerem as suas necessidades alimentares ao longo do processo histórico, o que permitiu moldar novas relações, tanto entre os seres humanos, quanto destes com o meio habitado. Essas novas relações sociais e ambientais repercutem na produção de um espaço concebido à luz das ações humanas, o que faz surgir o “espaço do homem” ou o espaço geográfico.

Posteriormente, analiso a existência de mecanismos de cooptação e controle dos alimentos na escala internacional, o que pode ser compreendido a partir do conceito de regimes alimentares internacionais (FRIEDMANN, 1987 [1971]; BERNSTEIN, 2011; MCMICHAEL, 2016). Este conceito constitui uma importante ferramenta teórica para a análise e entendimento das estratégias perpetradas pelo poder de Estado desde o final do século XIX e, mais

recentemente, pelos atuais impérios alimentares, constituintes de um modo de ordenamento que traz em si o potencial de tornar-se dominante no controle de todas as relações de produção, distribuição e consumo de alimentos.

2 Espaço e território: da produção ao controle

Considerado a partir das relações sociais responsáveis pela sua produção, o espaço traduz a “materialização da existência humana” (LEFEBVRE, 1991, p. 102). Esta abordagem do espaço como produto social vai além do “espaço em si”, pois entende o espaço a partir da realidade social, não apenas como sujeito ou objeto, mas enquanto conjunto indissociável de relações e de formas. Um elemento a ser destacado na proposição de Lefebvre (1991) é a referência enfática ao modo de produção. Para o autor, a produção do espaço está intimamente associada ao modo de produção vigente nas sociedades, de maneira que, na atualidade, é indispensável considerar as especificidades do modo de produção capitalista para avaliar a produção do espaço na maior parte do mundo. A análise do espaço como simples receptáculo passivo desconsidera as relações sociais responsáveis pela sua produção, sobretudo as relações de classe. Na experiência do vivido, o espaço é mais que um tipo de quadro/moldura ou uma forma/recipiente destinada apenas a acomodar o que nela colocamos. Analisar o espaço como uma “caixa” na qual entram quaisquer objetos constitui um erro primário, pois o espaço constitui a própria morfologia social (LEFEBVRE, 1991).

O espaço historicamente produzido, o espaço geográfico ou o “espaço do homem” (SANTOS, 1978, p. 120) é “formado, de um lado, pelo resultado material acumulado das ações humanas através do tempo e, de outro lado, animado pelas ações atuais que hoje lhe atribuem um dinamismo e uma funcionalidade” (SANTOS, 1978, p. 106). Nesse sentido, “a essência do espaço é social” (SANTOS, 1985, p. 01), produto das relações entre a sociedade e o meio pela mediação da técnica. Mediadora das relações entre o homem e o meio, a técnica representa “um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço” (SANTOS, 2002, p. 29). Isso não se restringe apenas às “técnicas de produção” ou “a técnica específica, vista como um meio de realizar este ou aquele resultado específico”, mas ao fenômeno técnico considerado como totalidade, ou seja, “o fenômeno técnico na sua total abrangência”, o que permite considerar a produção do espaço geográfico (SANTOS, 2002, p. 36-37).

A abordagem de Santos (1978) vai no sentido de compreender o espaço humano, resultante da produção em sociedade. Para o autor, “o ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço” (SANTOS, 1978, p. 161). Portanto, o pensamento de Milton Santos acerca do espaço geográfico comporta a mesma perspectiva apresentada por Lefebvre, que considera central compreender o espaço no contexto do modo de produção vigente nas sociedades. A transformação do “homem animal” em “homem social” se deu com o começo da produção em sociedade. Essa produção pressupunha a “intermediação entre o homem e a natureza” que, por meio das técnicas e instrumentos de trabalho, passa a produzir o espaço de acordo com as suas necessidades. Segundo o autor, o homem começa a produzir quando passa a trabalhar com outros homens de forma cooperada (em sociedade), com o fim de alcançarem objetivos antecipadamente concebidos. Portanto, “produzir e produzir espaço são dois atos indissociáveis” (SANTOS, 1978, p. 163).

Dessa forma, Santos (2002) define o espaço geográfico como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, considerados enquanto totalidade solidária e contraditória na qual a história se dá através da interação entre tais sistemas. Os sistemas de objetos são representados pelos objetos naturais (rios, montanhas, florestas, etc.) e artificiais (estradas, pontes, barragens, edificações, plantações, etc.), ao passo que os sistemas de ações são compostos pelas relações sociais, as ações humanas. Assim definido, o espaço geográfico é mais que reflexo da sociedade projetado no meio físico ou um tipo de “palco” no qual as relações sociais se dão de maneira casual (SANTOS, 1978). Segundo o autor, “o espaço é a matéria trabalhada por excelência” (SANTOS, 1978, p. 137), uma realidade objetiva que, como produto histórico, se impõe aos indivíduos e à sociedade. Mais que isso, “pode-se falar do espaço como condição eficaz e ativa da realização concreta dos modos de produção e de seus momentos” (SANTOS, 1978, p. 139).

Uma vez apresentada a produção do espaço geográfico como consequência das relações organizadas em sociedade, impõe-se pensar como se dá o processo de fragmentação e controle do mesmo. Pelo fato de ser impossível controlar o espaço enquanto totalidade absoluta, faz-se necessário analisar como se dá o processo de controle das parcelas do espaço geográfico, socialmente produzido pelas relações de poder, ou seja, a permanente construção, destruição e reconstrução dos territórios.

Originado a partir do controle estabelecido em uma parcela do espaço geográfico, o território é um conceito indissociável deste, pois corresponde a “um compartimento do espaço como fruto de sua diversificação e organização” (GOTTMANN, 2005 apud SAQUET, 2007,

p. 27). De tal modo, analisar o território pressupõe considerar o controle de parcelas ou dimensões do espaço pelas relações de poder que permeiam a sociedade. Em uma abordagem relacional do território, Raffestin (1993) afirma que todas as relações de poder praticadas pelos sujeitos no espaço produzem territórios. A ação dos diferentes sujeitos causa, com isso, a conflitualidade que alimenta a dinâmica de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR). Desse modo, Raffestin (1993, p. 53) caracteriza as disputas entre os sujeitos como “um campo de poder que organiza os elementos e as configurações”.

Apesar de utilizar algumas das proposições do autor, principalmente em relação à indissociabilidade entre território e poder, discordo do mesmo quanto à conceituação de espaço, posto que Raffestin (1993) concebe o espaço como algo dado, matéria-prima preexistente a qualquer relação social. De acordo com o autor, o espaço equivale à matéria, “um dado puro, na exata medida em que resulta de forças que agiram ao longo da história da terra **sem nenhuma participação ou intervenção do homem**” (RAFFESTIN, 1993, p. 223) (Grifos meus). Ou seja, para Raffestin (1993) o espaço antecede ao estabelecimento das relações em sociedade, compreensão diferente daquela que penso, na qual o espaço como produto histórico pressupõe das relações sociais. Não obstante, concordo com o autor quando o mesmo afirma que falar de território significa fazer referência implícita a uma noção de limite. Mesmo não sendo traçado, como ocorre em geral, os limites revelam as relações que um grupo mantém com uma determinada porção do espaço. Com isso, “a ação desse grupo gera, de imediato, a delimitação” (RAFFESTIN, 1993, p. 153).

Entretanto, o entendimento do limite como pressuposto para a formação do território limita a análise ao território-área, ao qual compreende apenas uma das abordagens. De tal modo, Raffestin (1993) aponta a rede como elemento de constante configuração e reconfiguração dos territórios, o que possibilita se adaptar às “situações concretas e, por isso mesmo, se deformar para melhor reter”. Móvel e inacabada, a “rede se adapta às variações do espaço e às mudanças que advêm do tempo. A rede faz e desfaz as prisões do espaço, tornando território: tanto libera como aprisiona. É o porquê de ela ser o ‘instrumento’ por excelência do poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 204).

Logo, espaço e território compreendem categorias analíticas que expressam as relações estabelecidas entre as sociedades e o meio com o objetivo de assegurar a reprodução das relações sociais que carregam. Esse espaço e, por consequência, o controle de frações deste por relações de poder, não constituem um tipo de *a priori* independente da experiência humana. Nesse sentido, faz-se necessário questionar, qual seria o marco de fundação do espaço como

produto da existência humana? Para responder a essa questão, apresento a seguir um breve resgate acerca da revolução agrícola do Neolítico e como ela mudou para sempre a maneira como os seres humanos se relacionavam, tanto entre si quanto com o meio externo a eles.

3 O Neolítico e a “fundação” do espaço humano: sedentarização, agricultura e abastecimento alimentar

Diferentemente de algumas espécies de insetos cultivadores de cogumelos ou criadores de pulgões, que também exploram o meio de maneira ordenada para permitir o desenvolvimento e multiplicação da espécie domesticada, o ser humano não nasce instintivamente agricultor ou criador de coisa alguma. Da maneira que a evolução o fez, o mesmo não surge dotado de ferramentas especializadas ou de um modo de vida programado geneticamente que lhe habilitasse a uma intervenção significativa no meio. De tal modo, o processo de desenvolvimento da agricultura humana só foi possível após milhões de anos de **hominização**, ou seja, de **evolução biológica, técnica e cultural** (MAZOYER; ROUDART, 2010) (Grifos meus). No início, a satisfação das suas necessidades alimentares era possível apenas pela coleta de produtos vegetais e pela caça de animais, o que impunha a sua permanente mobilidade. Ou seja, até o desenvolvimento da agricultura e criação, a humanidade tinha o próprio movimento como pressuposto para a aquisição dos alimentos demandados. Posteriormente, com o início do processo de sedentarização, o movimento dos alimentos vai, progressivamente, substituindo o movimento dos indivíduos.

Dessa forma, segundo os autores, foi apenas no Neolítico, há aproximadamente 12.000 anos que a humanidade deu início ao cultivo de plantas e a criação de animais que ela mesma havia selecionado, domesticado, multiplicado e espalhado por várias partes do planeta, o que permitiu a transformação dos ecossistemas originais em ecossistemas progressivamente transformados e artificializados. A partir daí a agricultura humana passa a ser o principal elemento de transformação do conjunto dos ecossistemas da Terra, com ganhos de produção e produtividade que condicionaram o aumento do número de indivíduos e o desenvolvimento de categorias sociais que puderam se libertar do “fardo” de ter que conseguir diariamente a própria alimentação (MAZOYER; ROUDART, 2010), o que constituiu um tipo de fundação do espaço humano, produto das relações organizadas em sociedade, o espaço geográfico.

Enquanto íntima expressão da existência humana, o espaço geográfico (SANTOS, 2002) difere daquele espaço que precede ao processo de desenvolvimento das relações

organizadas em sociedade. O espaço *a priori* (KANT, 1983), o espaço dos físicos e dos filósofos, é um espaço que independe da humanidade e das relações que dela resultam. Assim, se admitimos a existência de **um** espaço não apenas anterior ao aparecimento da espécie humana, mas, sobretudo, precedente ao estabelecimento de relações sociais minimamente organizadas em torno da transformação deste e, em consequência, **outro** espaço, dotado de características específicas em termos de transformação e artificialização derivadas das relações em sociedade, é razoável questionar qual seria o marco divisor entre o primeiro e o segundo. De maneira mais objetiva, a pergunta é: qual o marco de “fundação” do espaço como materialização da existência humana, conforme descreveu Lefebvre (1991)?

A resposta para esta pergunta pressupõe uma dose de reflexão e, outra, de ousadia. Reflexão para entender como o processo de passagem do nomadismo ao sedentarismo repercute em novas formas de organização das atividades humanas, derivadas de um longo processo de desenvolvimento biológico, técnico e cultural que fez com que a humanidade desse início às tentativas de “controle” da natureza. Ousadia para afirmar que a passagem da coleta e da caça à agricultura e criação representou um caminho sem volta para a produção de um espaço como produto da ação humana planejada e organizada coletivamente. Portanto, se é aceitável buscarmos um marco de surgimento do espaço como expressão das relações em sociedade (o espaço geográfico), é possível dizer que este está posto na **primeira revolução que transforma definitivamente a economia humana**, ou seja, a revolução agrícola do Neolítico (CHILDE, 1966). É neste ponto que a humanidade passa a transformar e se apropriar da natureza exterior de maneira coordenada socialmente para atender as suas necessidades intrínsecas e, posteriormente, outras necessidades criadas.

Isso quer dizer que a partir daí emerge, lenta e progressivamente, um sistema social e produtivo no qual a produção do excedente alimentar condiciona as possibilidades de diferenciação social e urbanização. Assim, no período compreendido entre 6000 e 3000 a. C., a humanidade já havia iniciado a aprendizagem do processo de utilização dos recursos externos a ele, como a força do boi e dos ventos. Tais recursos eram utilizados para a criação de instrumentos que potencializavam a sua força nas atividades de transformação do meio e transporte, como o arado, o carro de rodas e o barco à vela, que ampliavam a mobilidade dos alimentos para além dos locais de produção. Além disso, a descoberta dos processos químicos de fundição de minérios e o desenvolvimento de um calendário solar aperfeiçoado, equiparam a humanidade para a vida urbana, preparando o caminho para a civilização que exigiria a escrita e os processos de contagem e mensuração (CHILDE, 1966).

Segundo o autor, quando a maioria das populações passa a ser essencialmente sedentária, os territórios ocupados de maneira permanente se tornam possessões raras e valiosas, devido ao trabalho humano necessário à sua constituição. A exploração do meio compunha uma tarefa especialmente trabalhosa, o que demandava esforço coletivo de um grande número de pessoas. Os trabalhos de preparo da terra, pesados e cansativos, incluíam a drenagem dos pântanos, a derrubada da floresta e o combate aos animais potencialmente perigosos para a comunidade. Para superar tais obstáculos, era necessária uma de força de trabalho minimamente expressiva e capaz de agir de maneira conjunta e coordenada.

Arduamente conquistada, a terra – **transformada em território** – constituía uma herança sagrada, de modo que ninguém abandonaria de maneira voluntária os campos tão penosamente produzidos. A execução das tarefas pressupunha um excedente de alimentos, acumulado pela comunidade e colocado à disposição das necessidades desta. Isso porque, para que parte dos trabalhadores ficasse empenhada nas tarefas de produção dos campos (drenagem de pântanos, derrubada da floresta, etc.), outra parte teria que produzir a alimentação demandada pelo grupo, posto que os primeiros não produziam os alimentos que consumiam. Portanto, ao passo que as obras produtivas se tornavam mais ambiciosas (e complexas), aumentava cada vez mais a necessidade de um estoque alimentar acumulado (CHILDE, 1966).

Para o autor, essa possibilidade de acumulação de um estoque alimentar constituiu condição básica para a transformação das primeiras aldeias no que viriam a ser as cidades, pois permitiu o surgimento de “funções especializadas”, como o ceramista, o mineiro, o ferreiro e o tecelão, dentre outras. Afastados da tarefa de produzirem os próprios alimentos, esses “especialistas” a partir de então recebiam parte do excedente alimentar comunal em troca dos artigos que produziam. Essas e outras “novas funções e atividades” demandaram melhores métodos de transporte, o que implicou na busca pela utilização da força motriz dos animais e dos ventos. O êxito na utilização de tais recursos fez com que os homens vislumbrassem a possibilidade do controle de forças que não eram proporcionadas pelos próprios músculos (**o controle técnico da natureza**). Isso implicava melhores e maiores colheitas, mais alimentos e aumento da população. A partir daí, a humanidade tinha o caminho aberto para se libertar das formas mais exaustivas de trabalho, assim como dos limites impostos pelas configurações edafoclimáticas, que restringiam a ocorrência das espécies animais e vegetais a determinadas porções do planeta.

No início do processo de desenvolvimento da agricultura, de maneira geral, o direito de cultivar o solo constituía um direito provisório, no qual os campos e florestas localizadas no

entorno das comunidades compunham um bem comum. Contudo, desde a formação das cidades-Estado na alta antiguidade mediterrânea, as comunidades de vizinhança foram continuamente destituídas de seus direitos comunitários, fato que ensejou a institucionalização da propriedade privada da terra e sua extensão para outras áreas. Com isso, um tipo de “propriedade” se estendeu de maneira progressiva, na proporção da artificialização das diferentes categorias de terreno: terrenos preparados, hortas, cercados cultivados anualmente, terras desmatadas, campos de ceifa, terras cultivadas, pastagens e florestas. Nesse sentido, a posse privada do solo surge como uma maneira de recolher os frutos do trabalho investido, de maneira que o acesso à propriedade era um meio seguro de garantir os benefícios do próprio trabalho. Por outro lado, a privatização da terra compunha, também, **uma maneira de se apropriar de parte do trabalho de outrem**, posto que o direito de propriedade implicava no direito de os “proprietários” alugarem suas terras (MAZOYER; ROUDART, 2010). Portanto,

Quer as terras fossem exploradas em regime de propriedade, quer em arrendamento ou meação, **o importante para o desenvolvimento da nova agricultura era que o uso dessas terras, doravante propriedades privadas, fosse liberado de todo entrave e que o proprietário pudesse se beneficiar dessas novas possibilidades.** Tal era, no fundo, a razão pela qual o progresso da propriedade privada condicionou tão fortemente o desenvolvimento da primeira revolução agrícola [capitalista], assim como os progressos precedentes do direito de uso da terra tinham condicionado o desenvolvimento das revoluções anteriores desde o neolítico (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 378). (Grifos meus)

Para os autores, apenas com um tipo de valorização cooperativa de todos os bens (principalmente em relação à organização do trabalho e aos benefícios compartilhados) seria possível evitar a “passagem obrigatória” pela propriedade privada da terra. No entanto, essa tradição cooperativa no mundo rural nunca existiu efetivamente. De tal modo, as pastagens e os campos eram explorados na proporção das disponibilidades de capital vivo e os seus benefícios não eram compartilhados. Não obstante, esse tipo de “individualismo agrário” não era associado a uma “luta de todos contra todos”, pois não eliminava certa solidariedade existente em sistemas de ajuda mútua, em tarefas como a debulha, a manutenção de estradas, etc., sempre que eram úteis e não contrariassem o interesse individual. De todo modo, no final da Idade Média, na maior parte da Europa, “os antigos direitos de uso e a indivisão das terras em comum constituíam então obstáculos efetivos ao desenvolvimento da primeira revolução agrícola” (capitalista) (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 379).

Ao final desse período, quando tem início o processo de desenvolvimento da primeira revolução agrícola capitalista, a Europa já havia experimentado outras três revoluções

agrícolas: a do neolítico, a antiga e a medieval. Tais revoluções resultaram na formação de três grandes tipos de agricultura: o sistema de cultivo temporário de derrubada-queimada, os sistemas com alqueive³ e tração leve e com alqueive e tração pesada. Entre os séculos XVI e XIX, a maioria das regiões da Europa testemunhou o surgimento dos sistemas de cultivo sem alqueive, ou seja, “uma nova revolução agrícola: a primeira revolução agrícola dos tempos modernos, assim denominada por ter-se desenvolvido em estreita ligação com a primeira revolução industrial” (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 353), o que caracterizou a **primeira revolução agrícola capitalista**, cujos efeitos deixaram a agricultura cada vez mais sujeita aos interesses do setor industrial.

Caracterizada como processo de desenvolvimento que permitiu o aumento tanto da produção quanto da produtividade, a primeira revolução agrícola capitalista tinha como condição para o seu pleno desenvolvimento a existência de uma demanda efetiva minimamente consolidada, derivada de uma população não agrícola tão representativa quanto a população agrícola. Dessa maneira, uma sociedade formada em sua maioria por artesãos, comerciantes, empregados, etc., era não apenas possível, mas fundamental à absorção dos excedentes procedentes da nova agricultura. É nesse contexto que, nos séculos XVI e XVII, a primeira revolução agrícola capitalista se desenvolve em áreas próximas aos centros de produção têxtil da Inglaterra. Tal processo também se estende por outras áreas, concomitantemente ao momento em que a primeira revolução industrial chega às regiões mineiras e siderúrgicas do país, além de se alastrar para outras nações, como a França, Alemanha e países escandinavos. Nesse sentido, a primeira revolução agrícola capitalista e a primeira revolução industrial caminharam juntas, “no mesmo passo, pois na sua essência estavam ligadas” (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 381). Ou seja:

A revolução agrícola condicionou ao progresso da Revolução Industrial; entretanto, não se pode duvidar de que, sem industrialização e sem urbanização de grande amplitude, a primeira revolução agrícola não teria podido se desenvolver plenamente. Enfim, nem uma, nem outra dessas revoluções poderiam ter nascido sem as profundas transformações jurídicas, sociais, políticas e culturais que puseram fim ao Antigo Regime. Assim nasceu um novo sistema econômico e social, cujo capitalismo industrial, agrícola, comercial e bancário constituiu, sem dúvida alguma, a novidade mais notável. Todavia, as empresas estritamente capitalistas, que utilizavam assalariados, estavam longe de ocupar todo o espaço. Muito pelo contrário. Na maioria dos países industrializados, a economia camponesa familiar continuou sendo nitidamente predominante e, mesmo na Inglaterra e na Prússia, não desapareceu. Além do mais, em todas as outras áreas do artesanato, do comércio, dos transportes

³ O termo alqueive descreve a prática de trabalhar o solo ao longo de vários meses com o objetivo de incorporar a matéria orgânica disponível e controlar o aparecimento de ervas indesejáveis.

etc. a empresa familiar sem assalariados continuou a ocupar um lugar importante (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 396).

Tal como argumentado em Valério (2015), desde o nomadismo até o desenvolvimento das práticas de agricultura e criação, o ser humano acumulou condições técnicas que, em conjunto, permitiram produzir um espaço sintonizado com a satisfação das suas necessidades. Este espaço produzido com conteúdos técnicos cada vez mais acentuados resulta, na agricultura moderna⁴, em um espaço cujo ritmo passa a ser ditado, em que pesem os limites impostos pela natureza, pelas condições técnicas predominantes. Assim, o processo conhecido como “industrialização da agricultura” marcou, a partir da metade do século XIX, a produção em série de novas máquinas agrícolas com melhor desempenho, responsáveis por aumentar de maneira significativa a superfície cultivada por trabalhador e introduzir novos meios de transporte, capazes de suprir as necessidades de corretivos para o solo e transportar grandes quantidades de produtos comercializáveis (MAZOYER; ROUDART, 2010), principalmente produtos alimentícios, o que dá respaldo para o aprofundamento tanto das relações comerciais quanto do movimento dos alimentos no espaço, assim como do desenvolvimento do capitalismo na agricultura.

Mutuamente condicionantes, os regimes alimentares e a história do capital compõem “ordens agroalimentares que, ao mesmo tempo, moldam e são moldadas pela dinâmica da acumulação” (MCMICHAEL, 2016, p. 22). Nesse sentido, para uma compreensão mais aprofundada acerca da relação íntima entre o controle internacional da produção e distribuição de alimentos e as formas de desenvolvimento das relações capitalistas de produção, apresento em seguida o debate sobre os regimes alimentares internacionais (RAI).

4 Controle dos alimentos e modo capitalista de produção: dos Regimes Alimentares Internacionais aos Impérios alimentares

A busca pela compreensão das relações existentes entre a ordem capitalista mundial e o comércio alimentar internacional foi o substrato no qual se desenvolveu o conceito de **regime alimentar internacional** (FRIEDMANN, 1987 [1971]; BERNSTEIN, 2011; MCMICHAEL, 2016), por meio do qual é possível analisar os significados subentendidos à geopolítica global do comércio de alimentos. Nesse sentido, o conceito de regime alimentar internacional

⁴ Quando faço referência à agricultura *moderna*, refiro-me à agricultura desenvolvida no período pós-revolução industrial.

permitiu, na escala global, identificar os contornos que demarcam formas específicas de organização da produção, distribuição e consumo de alimentos, no período compreendido aproximadamente entre 1870 e 2000.

Formulado originalmente por Friedmann (1987) a partir de um estudo sobre a ordem alimentar internacional no contexto pós-Segunda Guerra Mundial, o conceito de regime alimentar combina o conceito de sistema-mundo de Wallerstein (1974) com o conceito de regulação da acumulação do capital de Aglietta (1979), de maneira a situar a ascensão e o declínio das agriculturas no âmbito da “história geopolítica do capitalismo”, associando “as relações internacionais de produção e consumo de alimentos a formas de acumulação que distinguiam de modo genérico os períodos de transformação capitalista desde 1870” (MCMICHAEL, 2016 p. 13-14). O regime alimentar surge, assim, como um projeto metodológico que tinha como objetivo apontar as relações existentes entre a ordem geopolítica mundial e o comércio agroalimentar internacional.

De acordo com Friedmann (1987), a transformação das relações entre a agricultura camponesa e os Estados, assim como entre o capital e a divisão internacional do trabalho, conta uma história que pressupõe três conceitos adicionais. O primeiro é o complexo alimentar que, de acordo com a autora, permite rastrear a transformação dos produtos, assim como as indústrias e atividades relacionadas a elas. O segundo diz respeito a forma como a autora entende a história da agricultura e da alimentação no desenvolvimento capitalista, composta por dois principais períodos, definidos por diferentes regimes de acumulação. Por último, o regime alimentar internacional, responsável pela unificação dos dois primeiros e, com isso, pela consolidação do controle dos alimentos como mecanismo de reprodução do capital.

Nesse sentido, a autora argumenta a existência de dois regimes alimentares identificáveis: o primeiro, entre 1870 e 1914, atendeu as necessidades alimentares da classe trabalhadora em expansão na Europa e países coloniais, baseado sobretudo na carne e no trigo procedentes de projetos de colonização patrocinados pelo Estado. O segundo, de 1945 a 1973 foi, de uma vez só, intensivo e extensivo. Intensivo no mundo capitalista avançado e extensivo nos países subdesenvolvidos, o que implicou em novos formatos e densidades nas relações internacionais de produção, distribuição, processamento e consumo de alimentos (FRIEDMANN, 1987).

Embasado nas contribuições da autora, McMichael (2016) atualiza a análise dos regimes alimentares internacionais para considerar a existência de outro regime. Nesse sentido, o autor aponta três regimes alimentares identificáveis desde 1870 até a atualidade: o **primeiro regime**

alimentar (1870-1930) diz respeito ao projeto britânico assentado no “*workshop of the world*”, que ligava a riqueza do capitalismo industrial emergente a territórios coloniais utilizados para obtenção de fontes baratas de abastecimento alimentar, para dar conta da expansão crescente da demanda por alimentos.

O **segundo regime alimentar** (1950-1970) se caracteriza pelo sistema de “ajuda alimentar”, criado pelo governo dos Estados Unidos com o objetivo de estabelecer alianças estratégicas com países pós-coloniais no âmbito da Guerra Fria, além do desenvolvimento de mercados e oportunidades sintonizados ao seu modelo agroindustrial intensivo. Produtos da vigência de políticas agrícolas de subsídio, os excedentes alimentares estadunidenses impulsionavam programas de ajuda alimentar que contribuía com a manutenção de baixos salários para os trabalhadores assalariados, além assegurar “lealdade anticomunista e mercados imperiais”. Já o **terceiro regime alimentar** (1980-2000) se caracteriza principalmente pela “revolução dos supermercados”, com a integração de cadeias de abastecimento diferenciadas na escala do globo, nas quais os alimentos são subdivididos em “itens de qualidade e itens padronizados”, destinados ao suprimento de “dietas de classe bifurcadas” (MCMICHAEL, 2016, p. 19).

Cada regime alimentar orienta uma conjuntura histórica específica, na qual as regras hegemônicas “definem uma relação de abastecimento alimentar com preço mundial administrado” (MCMICHAEL, 2016, p. 23). Em cada regime, a configuração de poder é bastante distinta. Porém, o elemento unificador é a organização da produção e circulação de alimentos na escala mundial. Consequentemente, o regime alimentar é introduzido mediante formas de cercamento que alteram relações ecológicas, substituindo processos locais por processos mundiais, “obstruindo futuros locais em prol de um futuro capitalista impulsionado por um mercado variável e instável em vez de necessidades socioecológicas duradouras” (MCMICHAEL, 2016, p. 23).

Nesse sentido, os regimes alimentares projetam a produção e o abastecimento alimentar com o objetivo de dar sustentação a uma determinada dinâmica de acumulação, cujo denominador comum diz respeito à produção de alimentos de baixo custo, de modo que a atuação de um preço mundial estimula formas de acumulação por todo o sistema. Internamente às “engrenagens” que colocam em movimento o sistema capitalista, esses alimentos de baixo custo têm múltiplas funções, que incluem “a redução dos encargos salariais, melhoria dos salários reais, pacificação da mão de obra, apropriação dos recursos alimentares, geração de

dependência”, etc., o que esboça o “**papel do alimento como forma de domínio em cada regime**” (MCMICHAEL, 2016, p. 43) (Grifos meus).

Portanto, os regimes alimentares descrevem o desenvolvimento de diferentes hegemonias, colocadas à serviço da manutenção da lógica de reprodução do capital na escala internacional. De tal modo, se no primeiro e segundo regimes alimentares o controle era exercido pelo poder de potências nacionais, na vigência do terceiro regime alimentar internacional, o poder e o controle deixam de estar referenciados em um centro político enquanto estado nacional, posto que o “regime alimentar imperial” (PLOEG, 2008) tem por base formas de dominação e apropriação desprovidas de um único território como centro irradiador das determinações.

Não obstante, de acordo com Ploeg (2008), os mecanismos de cooptação e dominação ficam ainda mais sofisticados, enquanto o controle passa a ser exercido de maneira integral, de modo a abranger a totalidade das atividades relacionadas à produção, distribuição, armazenagem, processamento, comercialização e consumo de alimentos. Nesse sentido, para compreender a articulação de interesses e escalas responsáveis por controlar o alimento e a alimentação na escala mundial, faz-se necessário analisar a configuração atualizada do regime alimentar internacional, expressa no conceito de **impérios alimentares**, um modo de ordenamento que traz em si o potencial e a tendência de tornar-se dominante.

Desde a revolução agrícola, quando a organização das atividades relacionadas à obtenção dos alimentos de maneira planejada e coletiva, permitiu que o ser humano fosse “libertado” da peregrinação permanente do nomadismo das sociedades caçadoras e coletoras, o ato de alimentação foi sendo progressivamente transformado, reduzido aos limites máximos do encontro entre o **produzido** e o **consumido**⁵. Consequentemente, a análise do sistema alimentar e, principalmente, da alimentação, aqui entendida como o encontro entre produção e consumo de alimentos, pressupõe considerarmos as escalas e dimensões constituintes deste momento de realização do valor de uso dos alimentos.

Nesse sentido, se é verdadeira a afirmação de que (como já se tornou usual nos debates sobre produção e distribuição de alimentos) “comer é um ato político”, dadas as amplas

⁵ Não tenho dúvida que a alimentação humana pode ocorrer sem que exista a *produção* propriamente dita, como no caso das comunidades extrativistas, por exemplo. No entanto, no âmbito deste trabalho, a ênfase é direcionada ao entendimento da alimentação como processo articulado de relações produtivas e comerciais no qual a agricultura responde pela quase totalidade dos alimentos consumidos.

conexões e implicações subentendidas às nossas escolhas diárias de consumo alimentar⁶, sobretudo no âmbito da apropriação da renda produzida no circuito produção-distribuição-consumo e como isso impacta no fortalecimento ou precarização/eliminação dos estabelecimentos produtores, assim como na predação/preservação do meio ambiente, impõe-se a necessidade de expor, de maneira minimamente clara, o funcionamento básico e as principais “engrenagens” que colocam em movimento este processo que articula (e desarticula) a produção no campo à mesa dos consumidores. Portanto, faz-se necessário questionar os processos e estruturas que dão sustentação ao atual sistema hegemônico de produção e distribuição de alimentos, de modo a colocar em relevo os mecanismos e instituições (públicas e privadas) responsáveis pelo seu controle.

A esse respeito, o processo de deslocalização da agricultura, ou seja, a transferência de cultivos ao sabor da busca por localizações mais eficientes do ponto de vista da reprodução do capital (tanto na escala nacional como internacional), impõe a toda a sociedade “alimentos viajantes” (ESTEVE, 2017). A autora utiliza esta denominação para descrever alimentos que, antes produzidos e consumidos em escalas mais reduzidas (local, regional, nacional), sob o crivo da lógica da mercadoria passam a demandar milhares de quilômetros para que a produção do campo encontre os consumidores das cidades.

No contexto europeu, a autora afirma que a maior parte dos alimentos percorre de 2.500 a 4.000 quilômetros da produção ao consumo. Isso preocupa, pois “quanto mais industrial, intensiva, quilométrica e globalizada é a agricultura, maior a dependência do petróleo” (ESTEVE, 2017, p. 53) e, da mesma forma, maiores os custos (o que exclui mais pessoas do consumo adequado e regular de alimentos) e os impactos para o meio ambiente⁷. Isso faz com que os alimentos cheguem às mesas com “sabores” que extrapolam a dimensão olfativa/gustativa, posto que trazem em si fortes componentes de injustiça, sobretudo em relação aos produtores de alimentos, privados da maior parte da renda advinda do seu trabalho no campo, além da predação dos recursos (principalmente a água e o solo), destruição dos ecossistemas e redução do comércio local e regional.

Para a espécie humana, “comer é muito mais que engolir alimentos” (ESTEVE, 2017). Enquanto ato político, comer implica conhecer aquilo que se está consumindo: como foi

⁶ A maneira como gastamos o nosso dinheiro em alimentos “pode apoiar a indústria alimentícia dedicada a quantidade, conveniência e ‘valor’ ou pode nutrir uma cadeia alimentar organizada em torno de valores – valores como qualidade e saúde (POLLAN, 2013, não paginado).

⁷ De maneira diferente, nos sistemas camponeses e agroecológicos locais de produção de alimentos, a utilização de combustíveis fósseis é reduzida aos limites mínimos possíveis.

produzido, onde, por quem, sob quais condições de trabalho e, principalmente, **quais os beneficiados pelo preço pago pelo consumidor**. Isso traduz os conteúdos de uma proposta de soberania sobre os nossos hábitos alimentares, o que implica podermos decidir ativamente sobre quais alimentos consumimos. Sob esta perspectiva, o alimento não deixa de ser mercadoria, entretanto, tem sua dimensão mercadológica traduzida em termos de um “preço justo” que permite tanto a apropriação da maior parte da renda por parte do produtor, como a redução dos preços para o consumidor final (devido à eliminação dos atravessadores), o que contribui para a democratização do acesso das pessoas aos alimentos.

Conforme alerta a autora, apesar de supostamente figurar como um tipo de “mecanismo neutro”, o atual sistema alimentar “dissimula uma série de interesses industriais, empresariais e patronais, que determinam o que comemos” e, conseqüentemente, **o que não podemos comer**. Mais que isso, estabelecem os preços a serem pagos aos produtores e quanto será cobrado dos consumidores, o que já deixa claro, do ponto de vista do poder aquisitivo, quem poderá comer e quem não. A esse respeito, ainda na década de 1950, Josué de Castro já havia desmistificado a compreensão da fome como uma consequência advinda de catástrofes naturais, destacando a origem social desta, produzida a partir de estruturas sociais e econômicas “defeituosas” (CASTRO, 1961).

Para termos uma ideia, no ano de 2007 a produção de alimentos era suficiente para alimentar uma população de 12 bilhões de pessoas, em um planeta com 7,2 bilhões (ESTEVE, 2017). Portanto, fica nítido que o problema da fome não se deve à insuficiência da produção, mas ao fortalecimento da dimensão mercadológica dos alimentos. Ou seja, intermediado pelo poder de compra, o alimento possível de ser consumido é proporcional aos recursos econômicos de cada família. Isso significa que, quanto maiores os preços praticados, menores serão os contingentes capazes de adquirir, por conta própria, os alimentos necessários ao atendimento da demanda familiar. O problema da fome na atualidade é, nesse sentido, o da dificuldade de acesso aos alimentos. Para o mercado alimentar corporativo, **“não importa que milhões de pessoas passem fome. O fundamental é vender. Se você não pode comprar, você não conta”** (ESTEVE, 2017, p. 42). (Grifos meus)

A capacidade de “resistir” a esta imposição dos Impérios alimentares (PLOEG, 2008) é diretamente proporcional à renda das pessoas, posto que aquelas dotadas de maior poder aquisitivo podem pagar tanto pelo preço subentendido aos orgânicos quanto pelas distâncias percorridas pelos alimentos que, se não são mais produzidos nas escalas local e regional, podem ser adquiridos a partir de importações nacionais e internacionais, disponibilizadas pelos

supermercados e hipermercados. Dessa maneira, a classe social a qual você pertence condiciona, em grande medida, aquilo que você come (e o que deixa de comer).

Com isso, restam aos consumidores cada vez menos canais de acesso aos alimentos, enquanto aos produtores, menos alternativas para vender diretamente aos consumidores, pois “o poder de venda dos supermercados é total” (ESTEVE, 2017, p. 171). Isso acontece devido à maneira que está formatado o atual sistema hegemônico de produção e distribuição de alimentos, no qual existem, de um lado, produtores de alimentos e, do outro, os consumidores. Quem separa e, ao mesmo tempo, articula e possibilita o encontro entre um e outro são as poucas empresas que controlam a “grande distribuição varejista” (ESTEVE, 2017), configuradas como pedágios que cobram pela passagem dos fluxos entre um e outro. A atuação destas grandes cadeias varejistas implica no enfraquecimento das economias locais e regionais, fragmentadas e decompostas pela atuação dos impérios alimentares, modos de ordenamento que tendem a tornar-se dominantes (PLOEG, 2008).

Dessa maneira, o império se materializa numa conquista ininterrupta de territórios locais antes relativamente autônomos para, assim, “assegurar a controlabilidade e a explorabilidade” (PLOEG, 2008, p. 255). De tal modo, o império suprime, progressivamente, os significados do local, substituídos pela frieza de um conjunto de procedimentos e coordenadas nas quais são aplicadas “normas generalizadas”. Por conseguinte, através da expansão, apropriação e conquista, os pressupostos do mercado globalizado são impostos por toda parte. Logo, a imposição de normas e códigos resulta na redução da autonomia dos processos de trabalho, retirando do sujeito a condição de agente, pois “tudo tem de ser desenvolvido de acordo com **normas pré-estabelecidas e definidas centralmente**” (PLOEG, 2008, p. 256) (Grifos meus).

O autor explica que, pelo fato de os impérios alimentares não possuírem recursos próprios e as pessoas não estarem diretamente envolvidas em relações estáveis de dependência com os mesmos, como em contratos de trabalho, eles **controlam as ligações**. Estas funcionam como redes coercitivas que mantêm sob controle as relações, nós e pontos de passagem (principalmente os mais estratégicos), ao passo que eventuais estruturas alternativas são dificultadas ou simplesmente eliminadas. Ou seja, por meio da imposição de especificações e normas, os impérios alimentares definem as transações e ligações que serão facilitadas ou dificultadas.

De tal modo, asseguram o controle indireto tanto das pessoas quanto dos recursos naturais. Nesse sentido, o império se expressa como um mecanismo complexo de controle hierárquico à distância, exercido por meio da imposição de especificações referentes aos

componentes técnicos e econômicos no âmbito das interfaces da rede. Para além de um mecanismo hierárquico de controle que governa através de esquemas reguladores, o império é, também, um modo de ordenamento que, à luz dos seus interesses, transforma radicalmente tanto o “mundo social” quanto o “mundo natural”. Dessa maneira, os limites de manipulação são permanentemente colocados em xeque, em busca de soluções (derivadas de departamentos de pesquisa e desenvolvimento, públicos e privados) que façam do trabalho e da natureza dimensões progressivamente controláveis (PLOEG, 2008).

Na vigência do terceiro regime alimentar internacional, expresso nos atuais impérios alimentares, tanto a produção quanto a distribuição dos alimentos encontram-se sob controle das grandes corporações transnacionais, que transformam a alimentação das pessoas em ações negociadas nas bolsas de valores de todo o mundo. Isso significa que, cada vez mais, para que a agricultura produtora de alimentos se realize, faz-se necessário a passagem pelo crivo da valorização dos capitais subentendidos aos insumos necessários (ou mesmo, obrigatórios), que tendem progressivamente à totalidade das atividades agrícolas.

5 Considerações finais

Conforme busquei demonstrar, no passado e no presente o controle dos alimentos referencia formas específicas de produção do espaço. Inicialmente, o surgimento da agricultura forneceu as bases para que a maior parte da humanidade pudesse se libertar da árdua tarefa de adquirir, diariamente, os alimentos necessários ao seu sustento. Isso possibilitou o surgimento de ofícios não diretamente relacionados à agricultura e, também, de diferentes formas de produzir espaço, o que implicou no surgimento das cidades como consequência direta da progressiva complexificação da divisão social do trabalho.

No âmbito do desenvolvimento das relações capitalistas, o controle dos alimentos referencia a imposição de diferentes regimes alimentares, definidores de conjunturas específicas que estruturam o abastecimento alimentar na escala mundial. Apesar de cada regime expressar uma configuração distinta de poder, o controle global da produção e da circulação dos alimentos unifica e sustenta a dinâmica de acumulação.

Mais recentemente, na vigência do terceiro regime alimentar internacional, os impérios alimentares surgem como mecanismos de controle das relações. Assim, por meio do controle dos fluxos entre produtores e consumidores, são estabelecidas redes coercitivas que determinam

os pontos de entrada (venda) e saída (compra) para os alimentos, fora dos quais são dificultadas ou mesmo impossibilitadas qualquer tipo de estratégia.

Referenciado nos mecanismos de cooptação e controle dos atuais impérios alimentares, o movimento dos alimentos (na escala nacional e internacional) traduz a dependência de toda a sociedade em relação aos ditames do processo de reprodução das relações capitalistas. Portanto, faz-se necessário pensar alternativas para que o sistema alimentar seja emancipado das relações coercitivas que transformam a alimentação das pessoas no trunfo que deixa reféns produtores e consumidores.

Mais que uma utopia de retorno a um passado idealizado, o debate sobre a necessidade de superar as relações de dependência na produção e distribuição de alimentos abre as entranhas do sistema agroalimentar. Com isso, é possível identificar interesses, prioridades e, sobretudo, as consequências advindas da atual formatação das relações campo-cidade. Ademais, tais relações revelam “pistas” que contribuem na compreensão da dinâmica de produção do espaço geográfico, na qual o controle da agricultura e da alimentação exerce função estratégica.

Agradecimentos

Agradecimentos especiais à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pelo apoio financeiro que permitiu a elaboração da Tese de Doutorado que fundamentou a construção deste artigo.

Referências

BERNSTEIN, H. **Dinâmicas de classe da mudança agrária**. São Paulo: UNESP, 2011.

CASTRO, J. de. **Geografia da fome**. O dilema brasileiro: pão ou aço. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

CHILDE, V.G. **A evolução cultural do homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

ESTEVE, V. E. **O negócio da comida**. Quem controla nossa alimentação? São Paulo: Expressão Popular, 2017.

FRIEDMANN, H. The family farm and the international food regimes. In: SHANIN, T. (Ed.). **Peasants and Peasant Societies**. Oxford: Basil Blackwell, 1987.

KANT, I. **Crítica da razão pura**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

LEFEBVRE, H. **The production of space**. Oxford: Blackwell 1991.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo**. Do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: UNESP, 2010.

MCMICHAEL, P. **Regimes alimentares e questões agrárias**. São Paulo; Porto Alegre: UNESP; UFRGS, 2016.

PLOEG, J. D. Van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. Técnica e Tempo. Razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VALÉRIO, V. J. O. **A segurança da dependência e os desafios da soberania: expansão da agroindústria canavieira e a geografia do abastecimento alimentar no município de Tupi Paulista/SP**. 2015. 230 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP), Presidente Prudente/SP.

VALÉRIO, V. J. O. **Agonia da comida: da expansão da cana-de-açúcar ao movimento da produção e distribuição de hortifrútis no estado de São Paulo (2006-2017)**. 2019. 340 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP), Presidente Prudente/SP.